

# 1.

## Introdução

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras (Saussure, *Curso*).

Início esta tese citando uma passagem do *Curso de Lingüística Geral* por reconhecer e concordar com Benveniste ([1966]1995, p.34) que não há um só lingüista ou estudioso da linguagem hoje que não deva algo a Saussure. Faço essa reverência ao pai da lingüística, em primeiro lugar por entender que, por não ser um objeto simples de ser estudado, pois não existe por si mesmo, a linguagem só é passível de apreensão segundo um determinado enfoque que deve ser delimitado. Em segundo lugar, por reconhecer também que não há aspecto da linguagem que possa ser considerado fora dos outros ou que se possa isolar, pois a entendo como um sistema, em termos sistêmico-funcionais. A significação é um desses aspectos de não-isolamento, e como afirma Benveniste,

as coisas não significam em razão de seu serem-isso substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar (1995, p.45).

Em suma, as citações em questão, tanto a de Saussure quanto a de Benveniste, colocam desde sempre a concepção de que devemos situar cada elemento na rede de relações que o determina e estabelecer explicitamente que a existência do fato só se dá em virtude da definição que lhe atribuímos.

É dessa forma que pretendo que minha pesquisa seja entendida, a saber, como mais um ponto de vista sobre o objeto de estudo por mim escolhido e que é uma questão muito estudada na língua portuguesa – o verbo ‘ser’. Porém, trata-se de um ponto de vista que, acredito, pode fazer diferença na medida em que acrescenta um outro entendimento sobre essa questão, contribuindo para o que até hoje se pesquisou sobre esse verbo.

No que diz respeito ao objeto de estudo desta tese, a saber, o verbo ‘ser’, os estudos tradicionais até então não fizeram justiça a ele, pois o excluíram do grupo de

verbos transitivos e o colocaram no grupo dos ‘verbos de ligação’. Ao vê-lo como um mero elemento de ligação entre o Sujeito e o Predicativo, não o consideraram significativo, podendo ser retirado da oração, sem que haja prejuízo do sentido da mesma (Cunha & Cintra, 1985; Bechara, 1977; 2001; Rocha Lima, 1985), podendo até mesmo ser substituído por um símbolo matemático (=).

Ao conhecer a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF<sup>1</sup>) e a Gramática Sistêmico-Funcional (doravante GSF), pude perceber que Michael Alexander Kirkwood Halliday (doravante Halliday) atribui ao verbo *to be*<sup>2</sup> (verbo ‘ser’ ou ‘estar’ em português) uma maior importância desde seus primeiros trabalhos (1966;1967;1968), não vendo “nenhuma justificativa adequada para negar ao *to be* o *status* de um verbo lexical na linguagem” (1966, p.66), considerando-o, dessa forma, um processo pentecente ao Sistema de Transitividade da Metafunção Ideacional.

A importância atribuída a esse verbo pela LSF e pela GSF deve-se ao fato de elas trazerem uma forma diferente de olhar a linguagem, a qual despertou-me o interesse e instigou-me a analisar e descrever o verbo ‘ser’ em artigos de opinião e editoriais jornalísticos, gênero textual que leio diariamente, com esse arcabouço teórico-metodológico.

Além disso, e diferentemente da tradição na qual fui instruída, desde que leciono, tem sido minha convicção que o estudo de uma língua deve ter como base o uso, dirigindo o foco para as transformações sistemáticas e funcionais inerentes a sua constituição como instrumento de interação social. Essas transformações são inerentes ao dinamismo e à necessidade permanente de atualização e de adaptação às necessidades comunicativas de seus falantes. Julgo, por isso, fundamental a consideração destes fatores no estudo integral do sistema linguístico, sobretudo no âmbito de modelos gramaticais cujos pressupostos teóricos baseiam-se na função social da linguagem, ou seja, nos quais o estudo de uma língua e de seu uso implica

<sup>1</sup> A LSF de Michael A. K. Halliday baseia-se no ‘funcionalismo etnográfico e no contextualismo desenvolvido por Malinowski nos anos 1920, além da linguística firthiana da tradição etnográfica de Boas-Sapir-Whorf e do funcionalismo da Escola de Praga (Halliday, 1985, p.5).

Obs: A tradução do material teórico foi realizada por mim e está baseada nos termos da LSF e da GSF em português aprovados pelos participantes do projeto DIRECT (<http://www.sistemica.f2s.com> ou em <http://www.yahogroups.com/gsfemporugues>

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que embora o verbo *to be* corresponda a ‘ser’ e ‘estar’ na língua portuguesa, apenas a acepção de ‘ser’ em português foi contemplada nesta tese.

uma análise centrada na natureza social da produção de significados e na contextualização cultural e situacional dos falantes/escritores.

A maioria dos estudos em língua portuguesa tem sido feita no nível sintático da oração descontextualizada. Proponho, portanto, que a descrição e a análise lingüística do verbo ‘ser’ seja realizada no nível do texto, uma vez que “a unidade básica da linguagem em uso não é uma palavra ou uma oração, mas um texto” (Halliday, [1970] 2002, p.190). Ainda segundo Halliday & Matthiessen (2004, p:33-36),

o texto é a forma de dados usados para a análise lingüística; toda a descrição de gramática está baseada em texto. [...] O *corpus* é fundamental para o empreendimento de teorização da linguagem.

É por essa razão que uma proposta de análise e descrição do verbo ‘ser’ em textos deve envolver uma teoria de criação de significado que seja minimamente co-extensiva com uma teoria de comportamento e cultura humanos, sendo a orientação sistêmico-funcional aquela que considera o texto como

o processo de significado; [...] o produto desse processo. Um texto é, conseqüentemente, uma entidade semântica; nos é dado em orações, [...] no sentido de ser um todo do qual as orações são simplesmente parte. [...] É verdade que os textos são, no todo, maiores do que as orações; [...] O relacionamento não é tanto o de tamanho, mas o de explícito e implícito. O texto é realizado em orações (Halliday, [1981] 2002, p.221).

Logo, considero a LSF, parte do arcabouço teórico-metodológico, apropriada para fundamentar esta tese por me alinhar com a noção de linguagem<sup>3</sup> como uma semiótica social<sup>4</sup> e na concepção de experiência ou realidade construída no social e constantemente sujeita aos processos de transformação. A perspectiva de linguagem

<sup>3</sup> Na LSF, o termo ‘linguagem’ significa um sistema semiótico *natural* (em oposição a semióticas, como a matemática e às linguagens de programação de computadores), usado por humanos *adultos* (em oposição à linguagem usada por crianças), *verbal* (em oposição à música, à dança e outras linguagens da arte) (Halliday & Matthiessen, 2004, p.20).

<sup>4</sup> De acordo com Halliday (1978, p. 1), a linguagem é uma semiótica social porque ela surge na vida do indivíduo através de uma troca constante de significados. Uma criança cria, primeiro sua língua infantil, depois sua língua materna, na interação com o pequeno grupo de pessoas que constitui seu grupo significativo. Nesse sentido, a linguagem é um produto do processo social. Social no sentido de sistema social, sinônimo de cultura. Portanto, semiótica social refere-se à definição de um sistema social ou uma cultura como um sistema de significados, e o social indica que há uma preocupação com as relações entre linguagem e estrutura social, esta considerada como um aspecto do sistema social (Halliday, 1985, p. 4-5).

adotada pela LSF é basicamente a social, a qual relaciona linguagem ao sistema social, à cultura e ao aspecto particular da experiência humana, a saber, a estrutura social.

Um fator importante para a escolha da GSF, a outra parte do arcabouço teórico-metodológico, como metodologia para a análise e descrição das ocorrências do verbo ‘ser’, é que ela realiza uma descrição gramatical de orientação funcional<sup>5</sup> e semântica, na qual a linguagem é vista como sistema semiótico, os processos de uso como processos de construção de significado pela seleção dos elementos lingüísticos apropriados a determinada situação discursiva. Essa seleção dos elementos lingüísticos não é realizada “*no vácuo*, mas no contexto de situações discursivas” (Halliday,[1970] 2002, p.174), sendo a ‘gramática da linguagem’, o sistema de opções disponíveis para o falante ou escritor.

A LSF e a GSF têm como foco de interesse analisar como usamos a linguagem, como a estruturamos no uso para uma ou mais funções específicas e como ela é organizada para criar significados. Na teoria sistêmico-funcional, os analistas não estão interessados somente no que a linguagem é, mas por que a linguagem é; não só no que a linguagem significa, mas como ela o faz.

Dito de outra forma, a análise objetiva descrever a contribuição individual dos participantes nas situações ‘do mundo real’, ao invés da função gramatical do constituinte sintático nas representações lingüísticas dessas situações. Os elementos lingüísticos são observados a partir de produções textuais autênticas e descritos em termos da função que desempenham no sistema lingüístico como um todo.

Por ser o arcabouço teórico-metodológico desta tese e por não haver tradução publicada da obra de Michael Halliday, o que a torna pouco conhecida e usada para a

---

<sup>5</sup> Vale chamar a atenção para o uso da palavra *funcional*. Há quatro sentidos para *funcional*. No sentido de objetivo, trata-se do que os falantes pensam que estão fazendo ou pretendem através da linguagem: perguntar, declarar, dar uma ordem, persuadir e outras forças ilocucionárias. Esse é o uso da linguagem para atuar um tipo de ato de fala, no evento discursivo. O segundo sentido é o relacionado ao contexto, ou seja, quando a linguagem reflete o contexto do ato de fala, sua função no texto. No texto, *função* tem a ver com as categorias textuais da organização discursiva e inclui abordagens funcionais tais como estrutura narrativa, coesão e outras marcas de textualidade. O terceiro sentido diz respeito à *relação*: a relação de um elemento estrutural com ou em uma unidade estrutural de ordem mais alta e sua contribuição para essa unidade. Finalmente, *funcional* equivale a significado, especialmente onde considera-se que o significado inclua as pragmáticas de objetivo e contexto. Neste caso, incluem-se as metafunções propostas por Halliday.

descrição da língua portuguesa, apresentarei alguns conceitos fundamentais, no Capítulo 2, como contribuição para os estudos da língua portuguesa à luz da LSF e da GSF. No entanto, na análise dos dados, só usarei os conceitos contemplados em *Introduction to Functional Grammar* (1994), *Construing Experience Through Meaning* (1999) e *Introduction to Functional Grammar* (2004), resumidos na seção 2.4.2.

Esta tese pretende refletir também sobre a possibilidade e a relevância de usar, como arcabouço teórico-metodológico, a descrição realizada pela GSF para a língua inglesa, no estudo do verbo ‘ser’, em artigos de opinião e editoriais jornalísticos em língua portuguesa, e enfrenta o desafio de transferir para o domínio do ensino de língua portuguesa ferramentas interpretativas que têm sido usadas praticamente só em sua descrição.

Pelas razões acima expostas, era indispensável introduzir, ainda que de forma bastante breve, a postura teórico-metodológica que a norteia. Assim, no capítulo seguinte, apresento com maior profundidade a LSF e a GSF para a análise e descrição das ocorrências do verbo ‘ser’ nos artigos mencionados.

Embora a teoria contemple três metafunções da linguagem, usarei para esta tese a Metafunção Ideacional, especificamente o Sistema de Transitividade, por ser ele o que aborda a oração como representação da experiência através das configurações de processos.

Cabe ainda mencionar que a opção pela GSF de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004) em detrimento de outras duas gramáticas funcionais, a saber, de Talmy Givón (1995) e Simon Dik (1981), deve-se a algumas diferenças de concepções de análises lingüísticas e, sobretudo, ao tratamento dado à concepção de ‘transitividade’ por esses autores, a qual será abordada no Capítulo 2.

Na próxima seção, apresentarei um pequeno resumo de alguns estudos sobre ‘predicação’ e ‘transitividade’ em língua portuguesa, realizados por autores cuja abordagem diferencia-se da LSF. Cabe lembrar que, nesta tese, estou usando a interpretação de ‘predicação’ e ‘transitividade’ na perspectiva do arcabouço teórico-metodológico acima descrito. Destacarei, ao longo do caminho, algumas semelhanças

e diferenças com as outras abordagens, tentando esclarecer o que uma perspectiva sistêmico-funcional traz para a discussão em questão.

## 1.1

### **Alguns conceitos de ‘predicação’ e ‘transitividade’ em língua portuguesa**

A ‘predicação’ tem sido uma fonte de interesse lingüístico há um período bastante considerável. No entanto, algumas abordagens (nos últimos 50 anos ou mais) parecem não revelar a natureza multifuncional dos tipos de fenômenos investigados.

Desde os tempos de Aristóteles, é comum dividir as frases em dois componentes – sujeito e predicado – e considerar a correspondente atribuição de propriedades a alguma entidade como um exemplo de ‘predicação’. Portanto, tem-se atribuído ao ‘sujeito’ aquela informação dada, conhecida e estabelecida, ou seja, é a ele atribuída formalmente<sup>6</sup> a concepção de ‘entidade sobre a qual as informações são dadas em uma determinada oração’.

As gramáticas tradicionais (doravante GT), por exemplo, herdaram esse enfoque na oposição Sujeito/Predicado, fundamentadas nos princípios da lógica, atribuindo ao sujeito a definição de “ser aquele sobre o qual se diz algo; e o predicado aquilo que se diz do sujeito” (Lima, 2000, p.234), oposição com a qual Tesnière (1959, p.102-105) e Fillmore (Lobato, 1977, p.293; Fillmore, 1968, p.17) não concordam por defenderem que não há respaldo nos fatos da língua para tal afirmação.

A GT classifica os predicados em:

(i) predicado verbal cujo verbo é de ação e pode ser classificado em transitivo direto, quando necessita de objeto direto; em transitivo indireto, quando necessita de objeto indireto; em transitivo direto e indireto, quando necessita de ambos os complementos, e em intransitivo, quando não necessita de complementação alguma por conter em si o significado total;

---

<sup>6</sup> ‘Formalmente’ aqui significando os elementos da frase que podem ser reconhecidos em termos formais (caso nominativo, concordância entre aquele elemento e o verbo etc).

(ii) predicado verbo-nominal aquele cujo verbo também é de ação, mas apresenta um complemento predicativo (do objeto ou do sujeito); e

(iii) predicado nominal aquele cujo predicador é um nome (substantivo ou adjetivo) que se liga ao sujeito por um ‘verbo de ligação’.

Para os propósitos desta tese, discutirei apenas a última classificação (iii), uma vez que ela diz respeito ao verbo ‘ser’, um dos verbos de ligação.

O predicado nominal diz respeito à concepção adotada pela GT de que os ‘verbos de ligação’ constituem uma classe de verbos não-nocionais e, portanto, não podem ser considerados transitivos, uma vez que estes apresentam significado. Logo, os verbos significativos – transitivos – são aqueles que necessitam de complementação à direita. Isto equivale a dizer que a ‘transitividade’ é caracterizada pela existência de um complemento direto e indireto que é afetado pela ação do verbo.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, para a tradição gramatical, complemento do verbo significa apenas o que vem integrar a transitividade verbal à direita, ficando a transitividade relacionada com a necessidade de complemento que integre o sentido do verbo à direita, ou seja, as gramáticas tradicionais tratam a transitividade verbal do ponto de vista do conteúdo integral do processo verbal.

Essa definição é recursiva e circular. É recursiva porque sempre se dá da mesma forma repetitiva, isto é, parte do verbo para seu complemento à direita. É circular porque parte do verbo para o complemento à direita e retorna daí para o verbo. O sujeito não é considerado um complemento.

O que me parece ter ocorrido com a classificação dos ‘verbos de ligação’ foi uma mudança de perspectiva da GT. Ao invés de verificar-se a necessidade de complementação à direita desses verbos, partindo-se da perspectiva verbal, como no caso dos predicados verbais e verbo-nominais, talvez tenham sido levadas em conta somente as diferenças entre as características prototípicas do complemento direto e do complemento predicativo, o que resultou na separação desse grupo de verbos em um outro conceito de predicação, a ‘nominal’.

Vale ressaltar que os ‘verbos de ligação’ exigem complementação à direita, sendo que em alguns casos, o preenchimento da posição à esquerda, como no caso das ‘orações sem sujeito’, dependerá de características típicas desse tipo de oração.

Um outro aspecto para o qual chamo a atenção, com relação à abordagem tradicional, é que ela, em alguns casos, privilegia os aspectos formais e, em outros, a semântica. Quanto à ‘transitividade’, por exemplo, os verbos são classificados de acordo com os aspectos semânticos. No entanto, no tratamento dos ‘verbos de ligação’, a classificação parece negligenciar uma análise das relações semânticas entre os termos constituintes da oração.

No que se refere ao Sujeito, por exemplo, em *Moderna Gramática Portuguesa* (2001, p.409), Bechara o define como “a unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração”. Em seguida, na página 410, ele acrescenta que o sujeito “é uma noção gramatical e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada como ocorre com as noções de *agente* e *paciente*.” Portanto, o autor reconhece que nem sempre o sujeito gramatical exerce o papel de agente do processo verbal e tenta inserir uma definição semântica para o elemento à esquerda do verbo.

Em resumo, as gramáticas tradicionais abordam a transitividade a partir de uma perspectiva dicotômica de presença ou ausência de complementos à direita do verbo e a classificação desses complementos em objeto direto ou indireto se dá na razão direta da predicação e não consideram o Sujeito um dos argumentos verbais. A análise que se pode fazer da abordagem tradicional sobre ‘transitividade verbal’ é a de que alguns princípios não foram considerados, os quais, a meu ver, devem nortear a análise lingüística, como a centralidade do verbo na estruturação oracional e a predicação verbal na construção sintagmática.

Um autor que traz uma nova perspectiva para os estudos sobre ‘predicação’ é Azeredo (2000, p.175-183), o qual aborda a ‘predicação’ propondo uma distinção entre predicado verbal e predicado nominal, baseado nos princípios da gramática de valências<sup>7</sup>. O autor defini como predicador “o constituinte do predicado que controla

---

<sup>7</sup> O termo ‘valência’ originou-se na química, onde denota a habilidade do átomo de emitir/desprender ou de receber/aceitar um determinado número de elétrons ao formar um composto químico. O lingüista francês Lucien Tesnière foi o primeiro a usar esse termo no campo da lingüística, no contexto de sua

a espécie de sujeito” e como argumentos (do predicador) os constituintes que preenchem as posições estruturais abertas pelo predicador. Portanto, assume como valencial o princípio explicativo das diversas estruturas do predicado e da oração.

Azeredo define como predicado verbal aquele cuja seleção do sujeito é controlada por um predicador verbal<sup>8</sup>, ou seja, um verbo transitivo ou intransitivo. São verbos predicadores intransitivos os que recusam complementação e verbos predicadores transitivos “aqueles que se constroem obrigatoriamente na presença de um objeto.” Essa definição encontra par na tradição gramatical.

Azeredo contribui para a discussão sobre predicação com a proposta de que os predicadores intransitivos apresentam a possibilidade de conter um complemento que pode estar implícito, como o caso dos verbos ‘ler e comprar’. A diferença entre o explícito e o implícito estaria no fato de que quando o complemento é explicitado, verifica-se a necessidade comunicativa do enunciador de referir-se ao processo verbal ou ao objeto da ação. Quando os verbos ‘entornar e ferver’ estão acompanhados de um argumento que denota ‘objeto transformado’ (pelo processo verbal), o sujeito apresenta-se com o papel semântico de ‘agente’ ou ‘causador’. No entanto, quando usados sem acompanhamento de argumento, eliminam qualquer referência ao agente ou causador e põem no lugar sintático do sujeito o termo que denota o objeto transformado.

Há aqui uma questão teórica importante. Se o verbo prevê casas (espaços, lugares) a preencher, ele é transitivo. Não é o fato de não se realizar(em) o(s) espaço(s) previsto(s) que tornará esse verbo intransitivo.

Essa interpretação que Azeredo faz sobre uma possível gradação de transitividade parece ter embasamento na abordagem valencial sobre o tema. Mas também pode ser considerada como uma mudança de perspectiva, o que poderia levar-nos a considerar esses casos como casos de ‘ergatividade’, onde o processo dá-

---

*Gramática de Dependências* [Dependency Grammar] desenvolvida em *Éléments de syntaxe structurale* (1965). A valência sintática é vista como a habilidade de lexemas – os ‘átomos’ da sintaxe – de ‘ligar’ um número de outros determinados elementos em uma construção gramatical. Em geral, essa habilidade pode ser observada em verbos, substantivos e adjetivos. No entanto, as teorias de valência consideram o verbo o centro de uma sentença e os outros elementos como dependentes ligados pelas valências do verbo. Em outras palavras, a valência torna os outros elementos frasais dependentes das propriedades do verbo.

<sup>8</sup> O predicador verbal é aquele que faz exigências quanto à espécie de argumento que preencherá a posição a sua esquerda.

se através de um meio, ou seja, deve haver um meio através do qual o processo realiza-se, como postula Halliday (1994, p.163).

Halliday (1985;1994;[1970] 2002, p.194) introduz o conceito de ‘predicação’ como outra dimensão da estrutura oracional, chamando a atenção para o fato de que o Sujeito é um complexo de quatro funções distintas, sendo três delas na estrutura da oração.

Na gramática, a estruturação da experiência dá-se através de um conjunto de tipos de papéis constituídos no Sistema de Transitividade, ou seja, a expressão lingüística de processos, participantes e circunstâncias, estes o resultado de uma configuração semântica (Halliday, 1994, p.106).

O sistema de tipos de orações constitui um arcabouço para a representação dos processos na gramática – processo de ação, processo mental e processo relacional – e estes, por sua vez, têm um conjunto de papéis inerentes diferentes ou funções estruturais associados a eles. Portanto, Ator, Objetivo, Portador, Atributo e Beneficiário, por exemplo, são funções semânticas ou papéis no Sistema de Transitividade, ou seja, os elementos básicos da estrutura da transitividade são os diversos papéis associados com os processos.

Nesse sentido, o autor propõe a adoção de três perspectivas para a posição 1 da oração na gramática da língua:

1. Ator (sujeito lógico) – função ideacional
2. Sujeito modal (sujeito gramatical) – função interpessoal
3. Tema (sujeito psicológico) – função textual

e o quarto e último está na estrutura da ‘unidade de informação’ – Dado (sujeito psicológico) – função textual.

Isto significa que, para o autor, não há divisão entre um sujeito lógico existente no nível semântico da descrição e um sujeito gramatical no nível gramatical. Ao contrário, há duas relações (ou funções) gramaticais separadas: uma que se relaciona à oração como representação do mundo em termos de ‘quem fez o que, para quem, quando e como’, e a outra reconhecida como as considerações gramaticais formais.

No entanto, esses sujeitos nem sempre se alinham. Vejamos abaixo um exemplo.

Exemplo 1, adaptado de Halliday (1994, p.30-6).

O duque	deu	a minha tia	esses bules.
Sujeito psicológico Sujeito gramatical Sujeito lógico	Processo (ativo)	Recebedor	Meta
Esses bules	foram dados	a minha tia	pelo duque.
Meta	Processo (passivo)	Recebedor	Ator

Exemplo 2, adaptado de Halliday (ibid., p. 30-36).

Minha tia	recebeu	esses bules	do duque.
Sujeito gramatical Recebedor	Processo (passivo)	Meta	Ator

A seleção do Sujeito oscila entre os participantes envolvidos no processo de ‘dar’, como se observa na primeira e na segunda orações do primeiro exemplo. Os papéis de Ator, Recebedor e Meta são introduzidos na estrutura oracional somente em determinadas combinações, como no exemplo 2. Quando o Sujeito não é Ator nem Meta, no entanto, verifica-se que esse fato altera o predicador, sendo a única possibilidade a mudança para o predicador ‘receber’ (exemplo 2).

### 1.1.1

#### A predicação nominal

Como vimos na seção anterior, quando o predicado declarar uma qualidade, estado ou condição, o elemento principal será um nome (adjetivo ou substantivo ou expressão preposicionada) que se referirá a outro nome sujeito e, nesse caso, o verbo serve apenas como a ligação entre os nomes (sujeito e predicativo), sendo, então,

chamados de ‘verbos de ligação’ (doravante VL). Esses verbos são os seguintes: ‘ser’, ‘estar’, ‘permanecer’, ‘continuar’, ‘parecer’, ‘ficar’, entre outros como ‘andar’, ‘achar-se’, ‘cair’, ‘converter-se’, ‘encontrar-se’, ‘fazer-se’, ‘meter-se a’, ‘viver’, ‘virar’ e ‘tornar-se’ (Bechara, 1977, p.202-204; Bechara, 2001, p. 424-436; Cunha & Cintra, 1985, p. 129-130; Lima, 2000, p.238).

Evanildo Bechara (1977, p.202-204) refere-se ao predicado nominal como aquele que exprime uma qualidade, estado ou condição, cujo elemento principal, o predicativo, é um nome (adjetivo ou substantivo), o qual se refere a outro nome – o Sujeito.

Quanto aos VLs, o autor declara que seu ofício é o de apresentar do sujeito um estado, qualidade ou condição permanente, passageiro (verbos ‘estar’, ‘andar’, ‘achar-se’ e ‘encontrar-se’), mudança de estado (verbos ‘ficar’, ‘tornar-se’, ‘acabar’, ‘cair’, ‘fazer-se’, ‘virar’, ‘converter-se’ e ‘meter-se a’), continuidade de estado (verbos ‘continuar’ e ‘permanecer’) e aparência (‘parecer’).

Em nota de observação na página 204, há dois exemplos *isto é bem* e *isto é bom*, para os quais Bechara dá uma explicação distinta. Para o autor, o advérbio não exerce a função de predicativo por ser o verbo ‘ser’ nocional e não de ligação e a razão para tal é por ele representar a construção latina *bene est*.

Em sua mais recente gramática (2001), Bechara dedica uma seção na página 424-5 para o que denomina ‘complemento predicativo’ ou ‘predicativo’. O autor considera os verbos incluídos nos predicados nominais verbos que

se caracterizam por uma referência tão vaga à realidade comunicada, que fazem do predicativo um argumento, pelo aspecto semântico, muito mais intrinsecamente relacionado com o verbo do que os demais integrantes do predicado complexo (os complementos direto, relativo e indireto) e portador de referência a traços essenciais do sujeito.

Logo, assim como os outros verbos, que sintaticamente são o núcleo da oração, os verbos de ligação, ainda que se tratem de verbos muito amplos e vagos ou vazios, na opinião do autor, também exigem complementação, um argumento à esquerda - A1 e um argumento à direita - A2, este atribuindo características ou identificando o A1. Essa lista de verbos inclui: ‘ser’, ‘estar’, ‘ficar’, ‘permanecer’, ‘parecer’ e outros.

Bechara observa também que se atentarmos para o aspecto formal, o complemento predicativo apresenta pontos de contato com o complemento direto. Estes pontos de contato seriam a extensão semântica do verbo; o mesmo posicionamento do predicativo e do objeto direto à direita do verbo, ou seja, ambos posicionam-se sem o auxílio de preposição; ambos podem ser substituídos pelo pronome átono *o* “ainda que de maneira diferente, quando o verbo é ‘ser’, ‘estar’, ‘ficar’, ‘parecer’; e, por último, há equivalência das orações com verbos de ligação com orações com verbos que exprimem ação e processo, principalmente quando o verbo está no presente. Vejamos alguns exemplos que o autor fornece:

- 1 – O trabalho é *proveitoso*. O trabalho *o* é.
- 2 – As alegrias eram *passageiras*. As alegrias *o* eram.
- 3 – Janete é *minha irmã*. Janete *o* é.
- 4 – Pedro é cantor. Pedro *o* é.
- 5 – Pedro canta.
- 6 – O colega está irritado.
- 7 – O colega irrita-se.

No entanto, afirma o gramático que há particularidades do predicativo que não são compartilhadas pelos complementos diretos, tais como: a concordância em gênero e número (quando representada por adjetivo e alguns pronomes) com o sujeito da oração. Uma outra particularidade é a impossibilidade de apassivação das orações com verbos de ligação, e a incompatibilidade de aparecer com o seu representante invariável *o* na mesma oração. Bechara fornece mais esses exemplos:

- 8 – Felipe é *simpático*. Felipe *o* é. \*Felipe *o* é *simpático*.

Isso implica que *o* substitui *simpático*. No caso de um objeto direto – Maria comeu *as uvas* – faz-se a concordância – Maria *as* comeu. Entretanto, se utilizarmos uma pro-forma, teríamos – Maria *o* fez. No caso dos ‘verbos de ligação’, não podemos nos valer da utilização da pro-forma.

Aqui cabe ressaltar o fato de que, para a tradição gramatical, uma das características de transitividade verbal direta é a possibilidade de apassivação, ou seja, os verbos transitivos cujos sujeitos/agentes na frase ativa perdem sua posição de tópico, têm seu complemento direto deslocado para ocupar tal posição. É interessante

observar que se trata de um critério exclusivamente sintático, pois se considerarmos também o aspecto semântico, a classificação transitiva pela possibilidade de apassivação dependerá da verificação das características que o complemento direto apresenta, uma vez que essas características podem impedir seu deslocamento para a posição de tópico na oração passiva.

Nesses casos, não só os traços semânticos do sujeito como também os do complemento direto determinam a possibilidade ou não de apassivação. Portanto, a transitividade verbal, quando considerada sintaticamente, não parece ser a única característica determinante para a apassivação. Vejamos os exemplos abaixo:

9 – A empresa ocupa cerca de 1000 trabalhadores.

\*Cerca de 1000 trabalhadores são ocupados pela empresa.

10 – A lua derrama serenidade nos rochedos da costa.

\*A serenidade nos rochedos da costa é derramada pela lua.

Nos exemplos fornecidos acima, a possibilidade de apassivação não pode ser restrita à transitividade verbal sintática, mas considerada em relação aos aspectos semânticos e, portanto, o todo frasal, principalmente com relação às características do complemento direto.

A alegação de que os verbos para serem transitivos devem apresentar a possibilidade de apassivação não se sustenta nos fatos da língua, se forem contemplados os demais elementos oracionais, além do verbo, como visto nos exemplos acima.

As observações acerca das características prototípicas de complemento direto e apassivação devem ser consideradas do ponto de vista de que os argumentos também influenciam nessa classificação e não centrá-la exclusivamente no verbo.

A diferença entre a perspectiva ativa e a passiva parece situar-se na mudança da perspectiva dinâmica para a perspectiva estática e, nesse sentido, os verbos de ligação não apresentariam essa possibilidade de mudança de perspectiva pois já são estáticos. No entanto, devem ser considerados transitivos pois, embora seja uma transitividade fraca, apresentam outras características que os habilitam à classificação transitiva.

Na seção em que inicia perguntando se vale a pena distinguir predicado verbal e predicado nominal, Bechara menciona o fato de alguns autores considerarem que os verbos de ligação apresentam um esvaziamento do signo léxico que é suprido com o auxílio de um nome (substantivo ou adjetivo), nome este que concorda com o sujeito em número e gênero, o que implicou a retirada do *status* de verbo de tais verbos, pois sua missão gramatical se restringiria a ‘ligar’ o predicativo ao Sujeito. O nome expressaria a realidade comunicada e o verbo, o elemento que marcaria o tempo, o modo e o aspecto da oração.

Bechara argumenta ainda que não há por que se fazer uma distinção entre predicado verbal, predicado verbo-nominal e predicado nominal, alinhando-se aos lingüistas e gramáticos que não separam o predicado verbal do nominal. Para o autor, embora a tradição gramatical tenha retirado dos verbos de ligação o *status* de verbos, por terem como missão gramatical apenas ligar o sujeito à sua qualidade ou característica, chamada de predicativo do sujeito, toda a relação predicativa tem como núcleo um verbo (p. 426).

O autor acrescenta também um outro fator a favor da inclusão dos verbos de ligação na categoria de verbos, do ponto de vista funcional e formal, a saber, as características de morfemas de gênero, número, pessoa, tempo e modo apresentadas por esses verbos.

A alegação de que os verbos de ligação constituem predicados nominais por apresentarem um esvaziamento semântico que é preenchido por um signo lingüístico na função de predicativo – um substantivo ou adjetivo – pode ser refutada pelo fato de que na posição de predicativo ocorrem outras classes de palavras que não os nomes (substantivos e adjetivos) como os advérbios, sustentado nos fatos da língua (Bechara, 2001, p.426). Bechara fornece os seguinte exemplos:

- 11 – Os vizinhos estão *bem*.
- 12 – Os jovens são *assim*.
- 13 – A mesa parece *de madeira*.

Vejamos também os exemplos apresentados no *Dicionário de usos do Português do Brasil* (Borba, 2002), apenas a título de ilustração:

14 - Este rifle foi de meu pai.; A culpa não era nossa. – indicando posse inerente; pertencer.

15 – O coronel é dos meus. – indicando ‘estar colocado entre’; situar-se entre.

16 – Não sou de briga – indicando ter propensão ou inclinação para.

Com relação à classificação sintática das orações com o verbo ‘ser’ seguido de expressão de horas, *São dez horas*, Bechara alega que *dez horas* é o predicativo desta oração sem sujeito porque a comutação com o pronome invariável *o* é a única possível e exemplifica:

17 – São dez horas. São-no.

Já Cunha & Cintra (1985, p.129-132) definem, na observação da página 130, que os ‘verbos de ligação’ “servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal”, portanto não são transitivos. Os autores dividem os verbos em significativos e não-significativos, considerando os ‘verbos de ligação’ como não-significativos, em oposição aos outros verbos considerados significativos.

Cunha & Cintra (1985, p.129-132) classificam como predicado nominal aquele formado por um verbo de ligação + predicativo. Esses verbos servem para “estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal”.

Na concepção dos autores, esses verbos não trazem idéia nova ao sujeito, funcionando como elo entre o sujeito e o predicativo. Os ‘verbos de ligação’ podem expressar um estado permanente (verbo ‘ser’), um estado transitório (verbos ‘estar’ e ‘andar’), uma mudança de estado (verbos ‘ficar’ e ‘tornar-se’), continuidade de estado (verbos ‘continuar’ e ‘permanecer’) e aparência de estado (verbos ‘parecer’ e ‘permanecer’).

Cunha & Cintra alertam para o fato de que alguns dos ‘verbos de ligação’ tanto podem ser usados ora como copulativos ora como significativos e para isso é necessário que se observe em que contexto estão sendo usados. Para justificar a diferença entre os usos dos ‘verbos de ligação’, os autores lançam mão de exemplos onde apenas o predicativo é trocado por um sintagma adverbial e por um sintagma nominal e, neste caso, os verbos são verbos significativos. Eis os exemplos fornecidos por eles:

18 – Estavas triste.

Estavas em casa.

- 19 – Andei muito preocupado.            Andei muito hoje.  
 20 – Fiquei pesaroso.                      Fiquei no meu posto.  
 21 – Continuamos silenciosos.          Continuamos a marcha.

Outro autor tradicional que considera o predicado nominal aquele que tem por núcleo um nome é Rocha Lima (2000, p.238). Segundo ele, o predicado é nominal porque a declaração feita sobre o sujeito encontra-se no nome (substantivo, adjetivo ou pronome) e, assim sendo, este é o predicado. O gramático apresenta suas classificações de predicação baseadas num mesmo elemento – o complemento verbal – ou na sua ausência, no caso dos verbos intransitivos.

Resumindo, Celso Cunha e Rocha Lima apresentam abordagens semelhantes quanto à inadequação terminológica, ou seja, quanto ao fato de classificar os verbos transitivos de acordo com seus complementos e os verbos de ligação de acordo com a noção que expressam, misturando conceitos díspares como transitividade e aspecto. Por exemplo, o verbo ‘ficar’ é classificado como expressando mudança de estado, sem levar em conta seu uso com sentido continuativo como:

- 22 – Ele ficou parado enquanto o ladrão fugia.  
 23 – Vai ficar aí parado o dia todo?

Já Azeredo (1997, p.46-7), referindo-se ao que classifica como predicado, informa que em sua estrutura há um ‘componente lexical’ e um ‘componente gramatical’ que reúnem as categorias de ‘tempo’, ‘modo’, ‘aspecto’, ‘número’ e ‘pessoa’. O componente lexical é o ‘predicador’, “reservando-se então o nome de ‘verbo predicador’ àquele que reúne na mesma forma concreta os componentes lexical e gramatical”. Como o verbo ‘ser’ para o autor não é considerado um verbo predicador, ou seja, “uma unidade capaz de se flexionar naquelas categorias”, sua classificação passa a ser de um ‘verbo transpositor’.

Em outro trabalho, Azeredo (2000, p.175), referindo-se à valência verbal, chama a atenção para o fato de que o verbo ‘ser’ não faz exigência sobre a espécie de sujeito que recebe e, dessa forma, não pode ser considerado um ‘predicador’. Nesse caso, são os predicativos, e não os verbos [‘ser’ e ‘estar’], que guardam com o sujeito a necessária relação de compatibilidade, podendo ser considerados, portanto, os predicadores.

Para o autor, por não fazerem exigências quanto ao preenchimento de seus argumentos, os ‘verbos de ligação’ são verbos instrumentais mesmo quando o sujeito é zero (oração sem sujeito na gramática tradicional) servindo apenas de introdutórios aos predicadores não-verbais (SN, Sadj, Sadv, Sprep). A função que deveria ser do predador fica a cargo dos constituintes à direita do predador, pois são eles que estabelecem com o sujeito a relação de compatibilidade.

Aqui, pode-se colocar a seguinte questão: e quando não há sujeito? Com o que se estabeleceria a chamada relação de compatibilidade, como, por exemplo, a questão das construções do verbo ‘ser’ + expressões de tempo, orações ‘sem sujeito’, como *São dez horas, Era tarde?*

Azeredo (2000, p.182) diz que, nestes casos, os complementos predicativos (o complemento à direita) devem ser chamados de situacionais, pois “denotam a situação, no tempo ou no espaço, do objeto ou evento designado pelo sujeito da frase”. Azeredo (2000, p.177) argumenta ainda que o verbo ‘ser’ apresenta uma diferença na expressão de sua modalidade, expressando uma atitude de certeza.

Por sua vez, nesse tipo de oração, Bechara (2001, p.428) apresenta para o complemento do verbo ‘ser’ uma única possibilidade de classificação: a de predicativo, pois, para o autor, trata-se de uma oração sem sujeito, com verbo impessoal e, por concordância atrativa, no plural.

Resumindo, Azeredo atribui aos ‘verbos de ligação’ a denominação de instrumentais também por eles apresentarem uma versatilidade que os habilita à significação de conteúdos que os predicadores verbais não exprimem por si mesmos.

Esses conteúdos dizem respeito à atitude do enunciador e não à classe e ao conteúdo do sujeito. Portanto, esses verbos têm como função a expressão das noções gramaticais relativas ao predicado: a pessoa do sujeito; o tempo em que se situa o fato referido pela oração; o modo ou atitude do enunciador em relação ao fato; e o aspecto ou natureza da duração desse fato.

O gramático considera que a seleção do sujeito é controlada por um predador não-verbal. Em outras palavras, a seleção do sujeito se dá através do predicativo do sujeito e não do predador verbal (verbos de ligação).

Os predicadores não-verbais são aqueles introduzidos por verbos instrumentais e apresentam como conteúdo significativo um atributo, para o qual o autor denomina predicadores atributivos; uma identidade, chamados de predicadores identificativos; e uma situação, os predicadores situacionais. Esses predicadores não-verbais também funcionam como complementos predicativos.

Nos predicadores atributivos estão inclusos os adjetivos, locuções adjetivas, pronomes e numerais adjetivos, substantivos e expressões substantivas com função qualificadora. Nos predicadores identificativos encontram-se os sintagmas nominais com função referenciadora e que apresentam uma possibilidade de permuta de posição com o sintagma nominal sujeito. Já os predicadores situacionais são os que denotam a situação, no tempo ou no espaço, do objeto ou do evento designado pelo sujeito da frase. Estão inclusos os exemplos de orações sem sujeito com verbo 'ser' mais expressão de tempo.

Em alguns dos aspectos acima apresentados, Azeredo se aproxima da abordagem tradicional (Bechara, Rocha Lima e Celso Cunha) e, em outros, também se alinha com Mira Mateus et alii (2003, p.539), exceto pelo fato de que não diz claramente tratar-se de verbos não-nocionais.

Com relação à predicação, para Mira Mateus et alii (2003, p.182-183), há relações de predicação em todas as orações, uma vez que predicar é atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades. Nessa perspectiva, as autoras consideram que o verbo 'ser' também constitui predicação, pois predicação abrangeria

não só a relação entre o que tradicionalmente se designa 'sujeito' e 'predicado' de uma frase ou oração mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e os seus argumentos.

O 'estado de coisas' dessas predicações é estabelecido por essas relações entre o verbo e seus argumentos. Nesse sentido, o verbo desempenha a função semântica de predicador, ou seja, estabelece com seus argumentos, também chamados lugares vazios, a categoria desses argumentos, restringindo as suas propriedades, ao que chamamos restrição categorial.

No entanto, no caso de construções com predicções compostas de verbos ‘copulativos’<sup>9</sup>, as autoras afirmam que eles “apenas selecionam um argumento interno”, a que denominam ‘oração pequena’, cujo núcleo pode ser adjetival (Sas), nominal (Sns), preposicional (Sps) ou adverbial (Sadvs).

Neste caso, a meu ver, pelo simples fato de selecionarem argumentos, os verbos ‘copulativos’ podem ser considerados predicadores.

Vilela e Koch (2001, p.66-67) compartilham da mesma posição das autoras quanto à predicção postulando que

o predicado é a expressão lingüística de uma função assertiva no sentido de que ele configura a propriedade de um indivíduo (ou de uma classe de indivíduos). O predicado compõe-se de um lexema, cuja semântica representa lingüisticamente esta função assertiva, e dos morfemas gramaticais que estão ligados à forma do verbo conjugado, e exprimem pessoa, número, tempo, modo e gênero do verbo [=voz]. Com base na sua valência, o lexema do predicado configura um acontecer, um estado, uma relação ou a propriedade de um acontecimento (ou de uma classe de acontecimentos).

Nessa perspectiva, Vilela e Koch classificam verbos de ação como aqueles que ‘implicam um ‘fazer’’, verbos de processo aqueles que ‘aplicam e implicam um ‘acontecer’, um ‘passar-se com’ e os ‘verbos de estado’, aqueles que configuram verbalmente ‘a duração de um ser, a permanência de um estado’, sem que com isso se implique a completa imutabilidade, como se pode observar com os verbos *permanecer, continuar, estar, viver* etc., conforme estes verbetes em Borba (2002).

Os ‘verbos de estado’ são chamados pelos autores de verbos copulativos que indicam ‘estado natural’ no caso do verbo *ser*, ‘estado adquirido’ para os verbos *estar* e *achar-se*, ‘mudança de estado’ no caso dos verbos *ficar, virar (ele virou comunista), tornar-se, converter-se*, ‘estado permanente’ para os verbos *viver, continuar* e ‘mudança de estado’ para o verbo *parecer*.

Vilela e Koch consideram que esses verbos servem de **suporte** ao predicativo e que a eles devem ser acrescentados outros verbos como:

*andar (+ adjetivo); acabar/terminar + nome (ele acabou ministro);  
dar em + nome (ele deu em doido);*

<sup>9</sup> Para as autoras, a lista de ‘verbos copulativos’ é a seguinte: ‘andar’, ‘continuar’, ‘estar’, ‘ficar’, ‘parecer’, ‘permanecer’, ‘revelar-se’, ‘ser’, ‘tornar-se’.

*tornar-se/fazer-se + nome (ele fez-se monge aos 90 anos - ele tornou-se um vigarista);*

*virar + nome (ele virou semeador de sonhos);*

*cair + nome/adjetivo (ela caiu doente);*

os verbos nominandi *nomear, eleger, jurandi considerar, achar, causandi tornar-se, fazer*, em que o predicativo designa uma qualidade, o resultado de um desenvolvimento ou ação em relação ao fato nomeado pelo sujeito ou objeto da mesma frase.

Os predicativos configuram o mesmo denotado que o sujeito ou complemento direto da frase em que ocorrem.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os verbos são as palavras predicativas por excelência, uma vez que são elas que selecionam seus argumentos para a formação da estrutura argumental. Portanto, a noção de ‘argumento de’ exprime a relação que estabelecem entidades com palavras predicativas (verbos).<sup>10</sup>

Nessa mesma linha em defesa de que toda a relação predicativa estabelecida na oração tem como núcleo o verbo, Benveniste (1995, p.166) define o verbo como “o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito<sup>11</sup>”. A função verbal apresenta dupla função no enunciado assertivo:

- (i) a função coesiva, “que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado;
- (ii) a função assertiva, “que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade.” Dessa forma, pode-se concluir que o enunciado estabelece uma referência com a realidade, ligando a organização lingüística ao sistema da realidade. Portanto, o verbo é o elemento gramatical coesivo e assertivo ao mesmo tempo.

Para Borba (1996, p.69), os chamados ‘verbos de ligação ou copulativos’ integram-se numa mesma classe sintático-semântica dos ‘verbos de estado’, que

<sup>10</sup> Em todos os tipos de orações, sejam elas interrogativas, imperativas, exclamativas etc., estabelecem-se relações entre elementos, atribuem-se propriedades. Isto quer dizer que há sempre uma predicação (entendendo predicação como não só a relação de um argumento com um outro argumento, bem como também do verbo com o argumento à direita que dependerá de certas configurações sintáticas).

<sup>11</sup> Um enunciado assertivo para o autor é constituído de dois caracteres formais independentes: é produzido entre duas pausas e tem uma entonação específica ‘final’.

configuram frases estativas, definidas como as que traduzem uma visão estática do universo, ou seja, frases cujo núcleo predicativo não envolve qualquer mudança, implicando atribuição e identificação. Em outras palavras, os verbos de estado expressam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, que é suporte dessa propriedade. No entanto, esses verbos distinguem-se entre si por seus traços inerentes e quando realizados com seus argumentos indicam modalidades de relações tais como intensidade, circunstância e posse.

Chamo a atenção para o fato de que por constituírem frases estativas, ou seja, não dinâmicas, não equivale a dizer que sejam predicadores não-nocionais. O fato de não haver dinamicidade no estado de coisas realizado, não implica a falta de significado do predicador. Isto quer dizer que seria impossível uma noção de atribuição ou identificação sem um núcleo predicativo que realize uma das modalidades da relação. Dessa forma, os verbos de estado selecionam obrigatoriamente um argumento que é inativo, na medida em que não é agentivo.

Em *Uma gramática de valências para o português* (1996, p.33), Borba apresenta ‘um modelo eclético GV-GC’, ou seja, as concepções da Gramática de Valências e as da Gramática de Casos para a análise e descrição da língua portuguesa. Para este fim, propõe-se determinar a valência dos itens e as relações básicas, especificando a natureza dos papéis inerentes ao núcleo predicativo, o que suponho que esteja referindo-se ao verbo, uma vez que admite que os argumentos podem ir de zero a quatro em português.

A associação de um verbo a um nome, ou seja, ao seu argumento, resulta um Caso para o nome e uma classe para o verbo e uma dessas classes de verbos seria a dos ‘verbos de estado’. O caso seria então as relações sintático-semânticas, ou seja, o resultado da coesão dos argumentos com o predicado, aqui entendido como o verbo. O verbo apresenta propriedades sintático-semânticas, as quais determinam seu comportamento no âmbito da frase.

Ainda com relação à valência verbal, Borba considera que ela atinja ‘especificamente o que se poderia chamar de *verbos plenos*’. ‘Verbos plenos’ são aqueles que contêm significado e são núcleo do predicado num sintagma verbal.

Ao detalhar os verbos de estado, Borba (1996, p.60) inclui em sua análise verbos como ‘amar’, ‘ter’, ‘periclitar’, ‘vigorar’, ‘medir’, ‘pesar’, ‘simbolizar’, ‘gostar’, ‘trazer’ (no sentido de portar), ‘vestir’, ‘significar’, ‘amanhecer’ e ‘anoitecer’ (sentido figurado), justificando que essa classificação de ‘verbo de estado’ dá-se por eles expressarem uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, sendo este apenas “mero suporte dessa propriedade ou, então, seu experimentador ou beneficiário.” O autor acrescenta que um dos argumentos desses verbos é “obrigatoriamente um argumento inativo, na medida em que não é agentivo, nem causativo, nem paciente.”

Cabe mencionar que Mira Mateus et alii (2003, p.191) compartilham dessa mesma concepção ao postular que os verbos estativos são verbos que exprimem situações não dinâmicas (exprimem estados), em que não há alteração ou transição de nenhuma entidade envolvida no processo durante o intervalo de tempo em que tais situações ocorrem. Nesta categoria, as autoras incluem os verbos copulativos, além de ‘haver’, ‘existir’, ‘ser’ (no sentido existencial) e os verbos locativos de dois lugares com um argumento ‘Tema’ e um argumento ‘Locativo’. Para estes últimos, Mira Mateus et alii incluem os verbos ‘morar’, ‘residir’, ‘ter’, ‘pertencer’. Outros verbos considerados estativos são: ‘saber’, ‘ver’, ‘gostar’.

Para uma análise que se propõe eclética, ou seja, um misto de gramática de valências e gramática de casos, Borba está sendo coerente com sua proposta, analisando a valência verbal e as relações estabelecidas com seus argumentos originando a classe de ‘verbos de estado’.

A partir de uma relação Predicado (Argumento), o autor determinou as classes de verbos e as matrizes valenciiais, passando a propor uma tipologia oracional. Um desses tipos de orações é a oração estativa, ou seja, a que traduz uma visão estática do universo, mostrando uma relação P(A) “como um *estado*, isto é, têm um núcleo predicativo que não envolve qualquer mudança” (Id., p.69). Borba divide as orações estativas em três subconjuntos:

1º. Aquelas cujo núcleo predicativo é um verbo de ‘peso’ semântico específico e que selecionam um ou dois argumentos: um para sujeito e outro para

complemento. Os tais verbos de ‘peso’ semântico são: ‘amar’, ‘crer’, ‘saber’, ‘compreender’, ‘duvidar’, ‘medir’, ‘custar’, ‘rodear’, ‘serpear’, ‘circundar’...

2°. Aquelas cujo núcleo predicativo é de existência, apresentando um argumento realizado como sujeito ou como complemento. Esses são os casos dos verbos ‘existir’, ‘ser’, ‘haver’ (no sentido de existir), ‘ter’, ‘dar’ (neste caso, o exemplo foi *Aqui dá muita banana; Neste pau tem mel*).

3°. Aquelas cujo núcleo predicativo é um adjetivo ou um nome (predicativo), apresentando um argumento apenas, onde o predicado é introduzido por um verbo copulativo da classe de ‘ser’, ‘estar’, ‘parecer’ e estes verbos realizam-se em orações *equativas, atributivas, locativas e possessivas*.

Um dos problemas que identifiquei já aqui nesta classificação é o fato de que se o autor propõe-se a uma análise verbal valencial, suponho, portanto, que ele esteja referindo-se ao verbo como núcleo, centro dinâmico da oração com base na teoria da gramática de valências. Logo, como pode ter como uma das classificações das orações estativas, uma oração cujo núcleo é um adjetivo?

Para Borba (id., p.70), as orações equativas “indicam a inclusão de classe e caracterizam-se pela associação de dois sintagmas nominais que, se tiverem a mesma extensão semântica, são permutáveis entre si”.

Um dos exemplos utilizados é *Diana é a pianista. A pianista é Diana*. A alegação é a de que o SN2 – *a pianista e Diana* – funciona como aposto. Mas, o que seria então “uma extensão semântica” neste caso? Diana se estende semanticamente a pianista ou vice-versa? Creio tratar-se mais de características do SN, realizado à esquerda, que estão sendo atribuídas ao SN sujeito.

Na mesma página, o autor faz a seguinte afirmação: “as atributivas incorporam uma nota ou atributo ao SN sujeito. Isso quer dizer que depois da cópula, sempre vem um Sadv”.

Um dos exemplos fornecidos é *Oscar é rico. Pedro é muito homem para enfrentar essa parada*. O complemento *rico e muito homem ....* não me parecem enquadrarem-se na classificação de Sadv.

Com relação ao verbo ‘ser’, Borba ressalta que há uma inerência. Idéia já contemplada por Oiticica (1922, p.154-157), no exemplo *O sol é um astro brilhante*,

onde o adjetivo *brilhante* contém a declaração feita ao sujeito que a ela está ligado pelo verbo *é*, o qual indica *estado normal*. No caso de Borba, o verbo ‘ser’ exprime uma qualidade ou a nota atribuída ao nome como algo inerente a ele, habitual e imutável. Aqui me parece que Borba reconhece que o verbo ‘ser’ apresenta em seu sema determinada exigência para o preenchimento de seus argumentos A1 e A2.

Neste caso, chamo a atenção para o fato de que ao referir-se apenas ao adjetivo *brilhante* e não ao sintagma nominal *um astro brilhante*, como aquele que está fazendo uma declaração ao sujeito, me parece que Borba deixa entrever uma semelhança com as orações atributivas e identificativas em Halliday & Matthiessen (2004), pois se o *sol é um astro* e, se esse astro é brilhante, logo o *sol é brilhante*, portanto, o adjetivo está qualificando os dois – sol e astro, que são um a identidade do outro.

Para as orações possessivas, Borba afirma que elas “indicam posse ou propriedade e associam dois termos – um possuidor e um possuído – não necessariamente nesta ordem.” O uso do verbo *ser* impõe a ordem possuído/possuidor. Aqui, mais uma vez, verifica-se que o verbo *ser* restringe/seleciona os seus argumentos e a posição destes na sintaxe da oração.

Na parte onde disserta sobre os verbos-suporte (Id., p.79), Borba apresenta esquemas estruturais do tipo: “V<sup>sup</sup> + Adj/N/Sadj/SN: *ser feliz; permanecer em silêncio; ser útil aos amigos; ser homem, estar (um homem); ficar uma fera; virar um elefante*”, os quais afirma serem equivalentes a “um verbo simples morfologicamente derivado do radical do nome abstrato ou do adjetivo”, como é o caso da construção ‘ser’ + adjetivo que seria equivalente a ‘ter’ + NA (corresponde ao adjetivo). Vejamos alguns exemplos fornecidos pelo autor:

24 – Ser belo, inteligente... – ter beleza, inteligência.

Benveniste (1995, p.173) declara que o verbo ‘ser’ realiza uma oração verbal paralela a todas as demais orações verbais. O autor sugere que “devamos restituir ao verbo ‘ser’ a sua força plena e a sua função autêntica para medir a distância entre uma asserção nominal e uma asserção com ‘ser’”.

Benveniste reconhece também que há uma distinção entre os verbos ‘ser’ e ‘estar’, a saber, o primeiro é ‘ser’ de essência e o segundo, ‘ser’ de existência ou de

circunstância. Essa distinção vem corroborar minha hipótese de que o verbo ‘ser’ é nocional, expressa sentido.

Maria Helena de Moura Neves (2000, p.25) contribui com sua concepção sobre os ‘verbos de estado’, afirmando que o predicado pode ser representado pela categoria verbo ou pela categoria adjetivo (construído com um ‘verbo de ligação’). Neves considera que o predicado de uma oração é o verbo (exceto os modalizadores ‘poder’, ‘dever’, ‘precisar’; os que indicam ‘aspecto’ e os que auxiliam a indicação de ‘tempo’ e ‘voz’) que pode designar propriedades ou relações, ou os adjetivos quando constituídos com ‘verbos de ligação’. Acrescido de seus argumentos (que designam entidades), esses predicados constituem predicções.

Nessa perspectiva, as predicções podem ser classificadas de três formas: com referência às unidades semânticas presentes nos verbos (classificação semântica); com referência à codificação lingüística dos ‘estados de coisas’, ou seja, quanto à integração de componentes (o componente de ‘aspecto’ e o componente pragmático ‘controle’); e quanto à *transitividade*, isto é, quanto à especificação do papel dos complementos verbais.

Dessa forma, as predicções verbais, quando consideradas as unidades semânticas do predicado (verbo), podem apresentar três classes principais de predicados verbais, a saber: duas dinâmicas e uma não-dinâmica. Os dinâmicos podem designar ações ou atividades e seus participantes são ‘agente’ ou ‘causativo’, podendo haver ou não outro participante ‘afetado’; ou podem designar processos quando envolvem uma relação entre um nome e um estado, sendo o nome, o paciente do verbo (afetado).

Neste segundo caso de predicado dinâmico de processo, a autora não está se referindo aos ‘verbos de ligação’, pois como disse acima, para ela esses verbos não constituem predicções verbais.

Os predicados não-dinâmicos são os acompanhados por um sintagma nominal que é suporte do estado. Portanto, designam ‘estado’. Os dois exemplos apresentados por Neves são com o verbo ‘permanecer’ e ‘existir’. É nesta categoria que a autora inclui as orações sem sujeito da gramática tradicional, postulando que há verbos que implicam “um processo ou estado em um ambiente, sem que haja referência a nada

particular dentro desse ambiente” (id., p.26). Para a autora, as orações que não apresentam sintagma nominal como agente ou paciente (A1=0) são consideradas apenas predicado. Os exemplos fornecidos pela autora são:

25 – É já tarde: seu marido deve estar esperando.

26 – É domingo; dia, portanto, em que a gente pode fazer observações talvez não muito úteis.

Neves (2000, p.27-8) classifica as predicções verbais também segundo a codificação lingüística dos ‘estados de coisas’. Nesta classificação a tipologia semântica dos ‘estados de coisas’ apresenta-se como Dinâmica com controle (ações), Dinâmica sem controle (processos) e Não-dinâmica com controle e sem controle. As Predicções Dinâmicas com controle e sem controle podem ser télicas ou não-télicas e a Predicção Não-dinâmica se divide apenas em com controle e sem controle.<sup>12</sup> Os seguintes exemplos são apresentados por Neves como Predicção Não-dinâmica com controle:

27 – Outro dia você *estava* comigo quando o carro parou na esquina.

28 – O Rei *está* em pé ao lado do trono.

A terceira classificação das predicções verbais refere-se à especificação do papel dos complementos verbais, ou seja, a ‘transitividade’. Segundo Neves, aqui está implicada a valência verbal, isto é, “a capacidade de os verbos abrirem casas para preenchimento por termos (sujeito e complemento), compondo-se a estrutura argumental”.

Nesta classificação estão os verbos

- (i) que possuem objetos que sofrem ou não mudança física no seu estado;
- (ii) que possuem um complemento não-preposicionado e um complemento preposicionado;
- (iii) que têm complementos oracionais.

---

<sup>12</sup> Para os objetivos desta tese, limitei-me a expor de forma bastante sucinta a classificação das predicções contempladas por Neves (2000). Para maiores detalhes sobre a diferenciação das classificações Dinâmicas e Não-dinâmicas, sugiro a leitura da seção 2.2 do capítulo referente ao verbo que inicia-se na página 27 e termina na 28.

Verifica-se na exposição de Neves que a autora parte de uma concepção valencial, mas prende-se à visão tradicional ao excluir os ‘verbos de ligação’ de sua classificação de predicados.

É no capítulo dedicado aos adjetivos, especificamente as suas funções sintáticas, que Neves explica com mais detalhes que eles são o núcleo do sintagma verbal, portanto núcleo do predicado, quando o verbo é de ligação e denominados predicativo do sujeito, constituindo o predicado nominal. No entanto, os ‘estados de coisas’ expressos pelos verbos apresentam dois parâmetros importantes para uma tipologia semântica: dinamismo e controle.

As análises realizadas até a apresentação desta pesquisa, restringiram-se a classificar o verbo ‘ser’ como o verbo de representação mais geral do grupo de verbos de ligação, juntamente com o verbo ‘estar’ que não está sendo aqui contemplado.

A tendência era a de ver as orações com o verbo ‘ser’ constituídas de três elementos: sujeito, verbo e predicativo. A meu ver, essa análise se mostra insatisfatória porque o que se argumenta é que o verbo ‘ser’ é apenas o portador do tempo e aspecto verbal e, em alguns casos, da modalidade (aqui até se poderia confirmar tal descrição atribuindo-lhe o âmbito da motivação semântica da função interpessoal, mas não no âmbito da função ideacional como é minha intenção). Uma outra argumentação gira em torno do fato de que se retirado da oração, sua ausência não afetaria o sentido da oração, sendo portanto um verbo que não contribui com significado.

Passo então a apresentar alguns argumentos contra as posições acima. A meu ver, não faz sentido atribuir apenas a função de ligação ao membro mais geral do conjunto de verbos de ligação – o verbo ‘ser’ – excluindo-o dos demais de seu conjunto, simplesmente porque seu significado é geral ou porque pode ser substituído por um outro verbo e deixar de contemplar o contraste que se apresenta quando usado contextualmente. Vejamos, por exemplo, o contraste que se estabelece entre o verbo ‘ser’ e outro verbo de ligação ‘parecer’ em um exemplo criado por mim:

Juliana – Ela é muito simpática.

Paula – Não, ela *parece* simpática.

ou

Lourdes – Ela *parece* muito simpática.

Silvia – Ela *é* muito simpática.

A outra justificativa para que o verbo ‘ser’ fosse considerado sem significado foi o fato de que se retirado da oração não prejudicaria o sentido do enunciado, como em *O menino é bonito* e *O menino bonito*, ou seja, *menino* e *bonito* estariam relacionados funcionalmente de formas comparáveis.

Este não é o meu entendimento, porque no grupo nominal *menino bonito* não há uma relação contrastiva, já, na oração, *menino* e *bonito* estão relacionados através de um processo que incorpora um contraste com outras relações possíveis, como a que vimos no exemplo acima com o verbo ‘parecer’.

Aqui vale ressaltar que, segundo a tradição gramatical, tais construções com o verbo ‘ser’ mais um adjetivo foram interpretadas como um modelo de predicado nominal, em contraste com os predicados verbais, onde há um verbo transitivo presente na estrutura da oração.

Um outro ponto importante é que o fato de que por um item poder estar ausente em um determinado ambiente *x* e um outro sempre estar presente em um outro ambiente *y* não significa dizer que ele seja sem-significado se estiver presente naquele determinado ambiente *x*. Vejamos, por exemplo, o caso do uso da preposição *por* como marcadora de duração;

(1) Trabalhamos sete horas.

(2) Trabalhamos por sete horas.

Essa preposição como marcadora de duração pode estar ausente, como no exemplo (1), mas isso não significa que ela não marque a duração quando está presente, como no caso do exemplo (2).

## 1.2

### Justificativa pedagógica

Além da utilização dos fundamentos da LSF e da GSF como arcabouço teórico-metodológico para a descrição das instanciações do verbo ‘ser’ nos artigos de

opinião e editoriais jornalísticos, encontro ainda uma outra justificativa pedagógica em seu uso.

Como forma de ensino, esse novo olhar poderá facilitar a compreensão e apreensão dos alunos na identificação das diversas funções semânticas, sintáticas e pragmáticas que o verbo 'ser' pode desempenhar no texto. Acredito que o conhecimento da linguagem nos ajuda a ser melhores usuários, no sentido de melhores leitores, falantes e ouvintes da linguagem. E será a visão que adotamos com relação à linguagem e à experiência que norteará nossa maneira de ensiná-la.

Do ponto de vista da LSF, a linguagem não pode ser descrita como um fenômeno autônomo, uma vez que não se pode compreender a gramática sem que se considere a atuação de parâmetros relacionados à cognição e a necessidades discursivas. A linguagem, na concepção hallidiana, é uma forma de interação, aprendida através da interação, na qual o homem negocia os significados que constrói nos processos lingüísticos (Halliday, 1978, p.23). É dessa forma que a linguagem é transmissora dos padrões de vida, dos modos de pensamento e ação, das crenças e valores da cultura.

As estruturas gramaticais têm significado, em parte, em virtude das práticas sociais e das atividades que elas ajudam a constituir. Assim, a linguagem não é um sistema simbólico que corre paralelo à experiência, mas um sistema que constrói a experiência. A linguagem é um mecanismo que nos permite comunicar e entender. As línguas naturais são as ferramentas genuínas para a comunicação entre os seres humanos.

A abordagem hallidiana de gramática considera o papel dos itens lingüísticos no texto em relação a sua função na construção do significado. A interpretação e nomeação dos itens lingüísticos estão baseados na sua função. O ponto focal na GSF é a oração, e todos os aspectos sintáticos e semânticos da linguagem são observados e descritos nela e além dela, sendo o objetivo da nomeação funcional, nas palavras de Halliday (1994, p.29) o de apenas “fornecer meios de interpretar a estrutura gramatical de tal forma que possamos relacionar qualquer exemplo fornecido ao sistema da linguagem como um todo”.

Na GSF, o conteúdo semântico é explicado através dos constituintes formais da oração, sendo esta a principal realização e representação lingüística da experiência. A unidade de análise do estrato da gramática (ou também léxico-gramatical) é a oração, pois é somente olhando para a estrutura da oração que é possível descobrir como os traços semânticos são representados na gramática.

Nas palavras de Halliday (1994, p.22-3), “em uma gramática funcional, levamos a análise da estrutura constituinte até um ponto semelhante ao de teorias lingüísticas parentes e ao da gramática tradicional”, porque é a oração que demonstra variações nas funções semânticas e nos papéis semânticos de unidades mais inferiores.

Ao examinar a estrutura das orações realizadas com o verbo ‘ser’, priorizando as relações semânticas, a análise se faz de modo mais próximo da realidade do mundo referencial que a linguagem representa, em que todas as unidades lingüísticas são semioticamente construídas como configurações de funções (Halliday, 1994, p.xvi), ou seja, cada unidade é interpretada como funcional, relativamente a sua operacionalidade no sistema lingüístico.

As ferramentas analíticas fornecidas pela GSF ajudam-nos a compreender as relações entre o contexto de situação no qual um texto é produzido, os significados ativados por esse contexto e a linguagem na qual e pela qual os significados são realizados.

Pelas razões expostas acima, justifica-se a utilização da abordagem sistêmico-funcional como pano de fundo e fundamento teórico-metodológico de análise e descrição do verbo ‘ser’ considerado tradicionalmente como ‘de ligação’. Essa nova abordagem do fenômeno aqui contemplado poderá contribuir para uma melhor compreensão e apreensão dos fatos lingüísticos, pois trata-se de uma ferramenta útil para a análise e descrição aqui pretendida, uma vez que ela possibilita uma análise semântico-sintática-funcional desse verbo.

Logo, a análise lingüística à luz da GSF se justifica ainda por estar interessada fundamentalmente em como usamos a linguagem, como a estruturamos no uso para uma ou mais funções específicas e como a linguagem é organizada para criar significados.

Como aprendizes e professores não podemos dissociar a linguagem do significado, e a GSF se apóia na noção de linguagem como construção de significado, uma semiótica social cuja concepção é a de que a experiência ou realidade são construídas no social e estão em constante assujeitamento aos processos de transformação.

A utilização da LSF e da GSF como arcabouço teórico-metodológico para a análise e descrição do verbo 'ser' encontra-se também no argumento sobre a relevância particular de ambas para o estudo lingüístico e para o ensino de língua portuguesa de uma teoria que concebe o fato de que a forma como a linguagem é ensinada reflete

questões, por exemplo, que abrangem a natureza da linguagem como um aspecto da experiência humana e também linguagem como uma fonte de fundamental importância na construção dessa experiência (Halliday & Hasan, 1985, p.v).

Por essas razões, ao oferecermos aos aprendizes uma ferramenta analítica, estamos oferecendo a possibilidade de eles tornarem-se conscientes dos recursos que a língua portuguesa possui e de melhorarem sua aprendizagem ao mesmo tempo. O conhecimento da gramática facilita a aprendizagem lingüística e ajuda a produzir e a compreender textos em português.

Parece-me ser mais fácil para o aluno assimilar noções como 'agente, paciente etc.', observar as escolhas realizadas pelos falantes para construir significado na construção textual, do que se debruçar sobre o estudo de noções abstratas como 'sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adverbial'.

Insisto em dizer que o estudo das relações estabelecidas pelo verbo 'ser' em textos contribuirá para a identificação das funções semânticas que, pelos critérios meramente sintáticos, por vezes, não são contempladas. Ao levarem-se em conta as relações semânticas, estaremos trabalhando com a subjetividade do falante/escritor, com sua capacidade de produzir significado através das escolhas lingüísticas que realiza ao interagir socialmente. O uso desses critérios de natureza semântico-sintático-funcionais me parecem eficazes.

Com essa afirmação refiro-me ao fato de que, por vezes, as 'estratégias' de como 'descobrir' o nome de um determinado termo oracional impede a observação

dos significados que esse termo constrói no texto. O resultado de um ensino de língua portuguesa voltado apenas para as relações de ordem sintática e a nomeação dos termos oracionais, revela-se desinteressante, conseqüentemente causando baixos índices de desempenho lingüístico não só em produções escritas como também nas demais disciplinas que como o ‘português’ necessitam que se apresente uma determinada ‘reflexão’ sobre o enunciado.

As práticas pedagógicas ainda em vigência supervalorizam um ensino gramatical, de base nomenclatural em detrimento de um ensino que possibilite uma análise do material lingüístico que leve a uma descrição adequada dos fatos e que do ponto de vista pedagógico vise ao desenvolvimento da capacidade do aprendiz para interpretar os signos do mundo e no mundo.

Neste ponto, defendo a investigação da linguagem como objeto de pesquisa lingüística, no sentido de se estudar o seu funcionamento de modo consciente, reflexivo e sistemático. O que proponho é uma construção de conhecimento lingüístico, a partir de uma reflexão sobre as escolhas que fazemos na construção de nossos discursos em interação social. Defendo um ensino que leve em conta as realizações empíricas da língua, que são os discursos, e não um estudo restrito à análise de palavras ou, no máximo, da oração.

Em outras palavras, sugiro acrescentar um novo ponto de vista à abordagem lingüística e conseqüentemente ao ensino de língua portuguesa, pois só a partir de uma análise dos fatos lingüísticos como ponto de partida chegaremos a uma descrição lingüística adequada.

Visando a tal objetivo, é necessário que tenhamos um instrumento que nos permita apossar de nossa mente pelas idéias e das idéias pela nossa mente de forma a realizarmos uma mudança de perspectiva. A meu ver, isso só será possível na medida em que se valorize um ensino-aprendizagem de língua portuguesa através da análise das relações semântico-sintático-funcionais da linguagem. Uma análise semântico-sintático-funcional pode revelar diferenças de sentido propiciadas pelo verbo objeto de análise desta tese que juntamente com seus complementos e inserção no texto fornecerão ao conjunto as características específicas de cada realização.

O ensino de língua portuguesa deve ser direcionado para proporcionar condições aos aprendizes de ordenar suas idéias, de expressar clara e precisamente a ‘realidade observada’ além de proporcionar a aquisição e o desenvolvimento do discurso oral e escrito desses aprendizes. O conceito de expressão da ‘realidade observada’ sugere que o ensino de língua tenha seu fundamento em uma construção da noção de ‘realidade’, entendida como a de nosso ambiente físico, assim como a de nosso ambiente social. A ‘comunicação do mundo real’ tornou-se e continua a ser uma convocação para que se supere um foco indevido em formas gramaticais e, talvez também, um foco indevido nos textos mortos ou em exemplos descontextualizados.

O que me distingue no olhar para a língua não me opõe. Ao contrário, entendo e reitero que desempenho uma tarefa complementar ao optar por um ponto de vista diferenciado em relação aos pontos até então apresentados. Um estudo de língua centrado em análise apenas sintática tem se mostrado desmotivador e não me parece desenvolver a competência lingüística comunicativa<sup>13</sup> do aprendiz. O ensino da análise sintática não pode deixar de contemplar as relações semânticas em contexto que estruturam a oração. As relações que se estabelecem entre o predicador (verbo), como centro estruturador da oração, e os seus argumentos devem ser enfatizadas, assim como também as relações semânticas que a oração estabelece no texto. Os valores semânticos das diversas funções sintáticas devem ser vistos como ponto de partida para o ensino, uma vez que, sob esse ponto de vista, a identificação dos elementos oracionais se torna mais exata e de mais fácil assimilação.

A relevância pedagógica desta tese configura-se ainda devido à ausência de material sobre o assunto em análise no mercado editorial nacional. Até o presente momento, encontrei alguns trabalhos realizados em língua portuguesa de abordagem funcional, mas nenhum que analisasse o verbo ‘ser’ em uma abordagem sistêmico-funcional em artigos de opinião e editoriais jornalísticos.

---

<sup>13</sup> Por competência lingüística comunicativa, numa LSF, entendo a capacidade que os indivíduos têm não apenas de acionar a produtividade da língua (jogar com as opções/escolhas), mas também de proceder a escolhas comunicativamente adequadas (operar as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de produção), e também de usar e interpretar essas escolhas de uma maneira interacionalmente satisfatória.

No que se refere a outras investigações relativas ao verbo ‘ser’, tenho conhecimento da dissertação de mestrado de Alcir Leopoldo da Silva (1975), cuja proposta é apresentar um tratamento diacrônico do verbo ‘ser’ e da dissertação de mestrado de Sheila Meijlachowicz (2003), cuja proposta é apresentar um novo olhar sobre os ‘verbos de ligação’. No entanto, essa dissertação não investiga apenas o verbo ‘ser’ e também não utiliza como arcabouço teórico-metodológico a LSF e a GSF, para a análise e descrição.

### 1.3

#### Objetivo

O objetivo desta tese de doutorado é apresentar uma nova proposta de descrição e análise lingüística do verbo ‘ser’, classificado pelas gramáticas tradicionais do Português do Brasil (PB) como *verbo de ligação*, introduzindo a idéia de sua centralidade, a noção de transitividade hallidiana e, também as noções expressas por esse verbo, dando relevo ao seu conteúdo significativo.

Logo, usando esse novo arcabouço teórico-metodológico, verificarei o verbo ‘ser’ não só na sua função sintática, mas também e, principalmente, na sua função semântica, como criador de significado textual. Dessa forma, não me limitarei mais à estrutura e passarei a ver a linguagem em uso, na criação de significado em contexto.

Minha proposta nesta tese é apresentar uma descrição e uma análise das realizações do verbo ‘ser’ tendo como modelo os aspectos teórico-metodológicos da Lingüística Sistêmico-Funcional e também como metodologia a gramática sistêmico-funcional intitulada *An Introduction to the Functional Grammar* (2004), referências de apoio como *Construing Experience Through Meaning* (1999), obras de autoria de M.A.K. Halliday e Christian M.I.M. Matthiessen, e *An Introduction to Functional Grammar* (1994) de M.A.K.Halliday.

Baseada no reconhecimento da importância de se contemplar as realizações lingüísticas como significativas do ponto de vista das escolhas que os falantes fazem ao elaborá-las na interação verbal social, apresento as seguintes questões de pesquisa:

- 1 – O verbo *ser*, considerado ‘verbo de ligação’ pela tradição gramatical, é vazio de sentido ou não-nocional?
- 2 – Quais os traços semânticos que as realizações com o verbo ‘ser’ apresentam nas orações utilizadas em artigos de opinião e editoriais jornalísticos?
- 3 – Podemos considerá-lo um Processo Relacional como o fez Halliday para o verbo *to be*?

## 1.4

### Hipótese

Com base na LSF, formula-se a hipótese inicial de que o chamado verbo ‘ser’ não é vazio de sentido, mas constitui, guardadas as devidas especificidades da língua portuguesa, um processo com características semânticas próprias e uma determinada função no discurso.

Minha hipótese está respaldada no tratamento dado por Halliday (1966, p.66) às relações que se instanciam com o verbo *to be* (‘ser’). O autor considera o verbo *to be* um tipo de processo – Processo Relacional – ou seja, Halliday defende que as relações estabelecidas por esse verbo podem ser realizadas da mesma forma que outros processos, não havendo justificativa alguma para negar a ele o *status* de um verbo lexical e destaca também que “o que é mais significante é sua não-singularidade: o fato de que ele pode ser claramente designado no conjunto de classes de verbos reconhecidos nos sistemas de transitividade”.

A partir dessa afirmação, formulo uma segunda hipótese, a saber, a de que o verbo ‘ser’ pode ser considerado, na língua portuguesa, transitivo à luz da GSF e, portanto um Processo Relacional.

A terceira hipótese que formulo refere-se ao fato de que Halliday prevê processos como Tema no caso das orações imperativas, as quais não apresentam necessariamente Sujeito, pelo menos explícito (Halliday & Matthiessen, 2004, p.76). Portanto, se o Tema experiencial é o que aparece na posição inicial da oração e deve ser um elemento experiencial – processo, participante ou circunstância – logo, o verbo ‘ser’ que é um elemento experiencial, ao aparecer na primeira posição da

oração, mesmo que não sejam orações imperativas, pode ser considerado o Tema experiencial da oração em que ocorre em português, acrescido do fato ainda de não haver necessidade de preenchimento da posição vazia do Sujeito, uma vez que os verbos apresentam na sua desinência a pessoa de Sujeito, assim como suas marcas temporais.

Chamo a atenção também para o fato de que é o processo e não o participante que aparece em primeiro lugar como o componente experiencial, condição esta absolutamente possível na língua portuguesa, pois trata-se de uma particularidade do nosso idioma a possibilidade das orações apresentarem a inversão do tipo VS, sem a necessidade de preenchimento do lugar do Sujeito deslocado.

Além disso, o aparecimento de um processo na posição inicial da oração – um elemento experiencial – satisfaz uma das condições colocadas por Halliday, a saber, a de que o elemento experiencial deve se apresentar para que haja ancoragem “no cerne da experiência” (Halliday, 1994, p.53), característica do Tema.

Contribuindo um pouco mais para a minha hipótese, saliento o fato de que o autor também considera que “as relações semânticas são manifestadas nos itens e padrões léxico-gramaticais tão sistematicamente quanto a semântica de processos ou funções discursivas” (Halliday, 1994, p.336-339), o que significa dizer que, em se tratando de relações semânticas e semântica de processos, o verbo ‘ser’ desempenha, nos tipos de construção extraídos como exemplos, a função de estabelecer uma relação semântica com o que foi dito anteriormente e com o que será dito em seguida, cumprindo, portanto, uma função de elemento de ancoragem no cerne da experiência, e uma função de predicar. Isto significa que há inferências e interpretações resultantes de tais relações e que elas dependem tanto das relações de acessibilidade estruturais quanto das semânticas.

Assim, pode-se inferir que a ordem de palavras na oração desempenha uma parte relevante na definição de Tema como noção gramatical, porque o Tema é realizado pela primeira posição. Halliday (1970) fala sobre a primeira posição como sendo muito importante para a progressão da informação em inglês. Portanto, o uso de determinados padrões temáticos é funcionalmente relevante, porque o emprego especial de uma ou mais estratégias de tematização revela motivação comunicativa,

uma vez que o desejo do autor de transmitir uma percepção específica de realidade, juntamente com o assunto específico do texto, é determinante na seleção das opções temáticas em cada texto.

Em português, os elementos que contribuem para sinalizar o ponto de vista vêm em primeiro lugar, e a informação mais nova é relegada para o último lugar. A relação entre os elementos antecedentes conhecidos e os novos que os seguem é a de que os elementos tornam-se conhecidos por meio da referência a um esquema de definição paradigmática, e os novos são compreendidos por meio da referência a um esquema de definição sintagmática, condicionado pelo elemento precedente conhecido. Posto dessa forma, isso significa que o posicionamento linear na sentença desempenha um papel importante no desenvolvimento da informação do conhecido para o novo, do geral para o específico.

A partir dessas escolhas, os elementos lingüísticos passam a funcionar como indicadores de avaliações em termos das intenções, sentimentos, atitudes e engajamentos dos autores com relação ao conteúdo proposicional de tais discursos.

Vale lembrar também que a definição de Tema como um elemento dentro de uma determinada configuração estrutural que organiza a oração como mensagem é funcional. Logo, não é só a posição inicial que define o elemento como Tema, mas também sua função na oração. O uso do verbo, como no caso do verbo 'ser', cujas características estabelecem algo como permanente, é um recurso favorável e de grande utilidade na argumentação. Isso significa que sua relação com o todo da oração não é meramente seqüencial ou apenas inicial, mas centrada na mensagem oracional, portanto funcional.

Respaldada pelo acima descrito, investigarei as ocorrências em que o verbo 'ser' aparece na posição inicial, como Tema experiencial, uma vez que a tipicidade desta instanciação relaciona-se com o meio no qual se dá a interação. Verificarei se há coesão lexical e referencial, assim como se esse verbo estabelece a coerência ao realizar também sua interação com as outras cadeias referenciais. Isto porque, para Halliday (1994, p.337), as configurações mais altamente estruturadas, como as de uma cadeia se relacionar a outra em uma outra cadeia por uma relação

gramaticalmente definível, isto é, uma relação na transitividade, são fortemente coesivas.

Sendo, portanto, o Tema o que serve como um ponto de partida, temos a possibilidade de uma quantidade de desenvolvimentos que determinam a mensagem. A organização da mensagem dá-se a partir da escolha do Tema experiencial.

Minha hipótese é corroborada por Ventura & Lima-Lopes (2002) que também afirmam que

em português, inglês e em muitas outras línguas, essa organização é feita principalmente através da escolha que fazemos do elemento que ocupa a posição inicial de cada oração que enunciamos – esse elemento é chamado de **Tema**, ou ponto de partida da mensagem, dentro da Gramática Sistemico-Funcional (GSF).

Os autores seguem explicando como então se dá tal organização e estabelecem que

a organização da oração em Tema-Rema normalmente acontece da seguinte forma: na parte que corresponde ao Tema, colocamos informações cuja função é fazer a ligação entre a oração que está sendo criada e as orações que vieram antes dela no texto; ou ainda, estabelecer um contexto para a compreensão do que vem a seguir, ou seja, do Rema.

Para tratar as hipóteses levantadas, partirei da perspectiva de que a oração tem um dinamismo comunicativo alcançável através da progressão da informação, ou seja, meu ponto de vista é o da perspectiva funcional da oração, uma perspectiva social. Na gramática sistêmico-funcional, a linguagem é entendida como

o que um falante pode fazer. O que uma pessoa pode fazer no sentido lingüístico, isto é, o que ele pode fazer como falante/ouvinte é equivalente ao que ele pode ‘significar’ (Halliday, 1978, p.27-78).

Além disso, a linguagem também é entendida como um sistema de significados associados a formas que expressam os significados (Halliday, 1994, p.xiii-xiv), portanto, à luz da GSF, acredito ser possível analisar a estrutura oracional das instanciações do verbo ‘ser’ e reunir a noção de pragmática e de semântica: a pragmática, na intenção de uso da linguagem, e a semântica, no sentido do significado do texto, o que permite a visão de que não só estruturamos textos, mas fazemos essas estruturações com determinadas intenções.

## 1.5

### Relevância deste estudo

Considero este trabalho uma importante contribuição para os estudos da língua portuguesa por apresentar uma nova proposta de descrição e análise lingüística – uma análise semântico-sintático-funcional – através da qual acredito poder contribuir com um novo olhar para o verbo ‘ser’ e também para um melhor domínio lingüístico por parte dos aprendizes de língua portuguesa com relação ao próprio discurso e, também, com relação ao discurso do outro.

Minha pretensão situa-se no enfoque de um ensino de língua portuguesa que possa proporcionar ao aprendiz a utilização da linguagem em suas interações sociais, nas práticas sociais nos diferentes grupos da sociedade em que circule, em momentos distintos. E, nesse ensino-aprendizagem, não se pode deixar de contemplar o caráter dialógico e interativo da linguagem, sobretudo sua capacidade de produzir e negociar significados.

Essa pretensão tem como crença a concepção de que a construção da realidade é inseparável da construção do sistema semântico lingüístico no qual a realidade está codificada. Isto significa que a aprendizagem lingüística é ao mesmo tempo a construção da realidade interna e externa do indivíduo (Halliday, 1979, p.9).